



Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar como a experiência da Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), na implementação de um ambiente virtual de aprendizagem voltado para o conhecimento em rede, impactou na melhoria do serviço e no desempenho dos seus servidores. O campo de pesquisa é a plataforma Educação Corporativa e Aprendizagem em Rede (ECOAR), voltada para o gerenciamento da educação corporativa e que abriga o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da SSP-BA. A metodologia utilizada abrange um estudo de caso e o estado da arte mapeado por meio da revisão sistemática da literatura. A pesquisa aponta para a melhoria dos processos internos a partir do investimento na educação continuada dos seus servidores.

Palavras-chave: ambiente virtual de aprendizagem; aprendizagem em rede; educação corporativa.

Abstract

The aim of this article is to show how the experience of the Bahia Public Security Secretariat (SSP-BA) in implementing a virtual learning environment focused on networked knowledge has had an impact on improving the service and the performance of its civil servants. The field of research is the Corporate Education and Networked Learning (ECOAR) platform, which manages corporate education and houses the SSP-BA's Virtual Learning Environment (AVA). The methodology used includes a case study and the state of the art mapped through a systematic literature review. The research points to the improvement of internal processes by investing in the continuing education of its civil servants.

Keywords: virtual learning environment; networked learning; corporate education.

ECOAR: estratégia em rede para a difusão do conhecimento pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia

VANESSA DE OLIVEIRA SANTANA
DERVINIS

Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutoranda em Difusão do Conhecimento pela Universidade Estadual da Bahia (Uneb). Sargento da Polícia Militar da Bahia (PMBA). Coordenadora de Desenvolvimento Institucional na Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial.
<https://orcid.org/0000-0003-1754-1797>.
vanessa.oliveira@ssp.ba.gov.br

FÁBIO DERVINIS GONÇALVES CAMPOS

Especialista em Prevenção da Violência e da Cidadania e mestrando em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Major da Polícia Militar da Bahia (PMBA). Coordenador de Qualidade da Superintendência de Telecomunicações (Stelecom) da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA).
<https://orcid.org/0009-0000-6158-7413>.
fabio.dervinis@ssp.ba.gov.br

TATIANA ELEUTÉRIO D'ALMEIDA E
PINHO

Mestra em Segurança Pública, Justiça e Cidadania e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Major da Polícia Militar da Bahia. Diretora de Projetos, Processos e Estudos Estratégicos na Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial.
<https://orcid.org/0009-0001-8455-0848>.
tatiana.eleuterio@ssp.ba.gov.br

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) desempenham um papel fundamental na transformação da educação corporativa no âmbito do serviço público, oferecendo plataformas flexíveis e acessíveis para o desenvolvimento contínuo de atitudes, habilidades e conhecimentos. Essas ferramentas proporcionam um aprendizado interativo e colaborativo, permitindo que os servidores tenham acesso a conteúdos profissionalizantes e participem de cursos e atividades de treinamento de maneira remota, adaptando-se à complexa agenda de demandas da segurança pública. Além disso, os AVA facilitam a personalização do aprendizado, possibilitando que a gestão pública agregue valor a suas atividades, com oportunidades de capacitação específicas, de acordo com suas necessidades e metas organizacionais. Essa abordagem inovadora não apenas aprimora as habilidades técnicas e comportamentais dos colaboradores, mas também contribui para a eficiência e eficácia dos serviços públicos, promovendo uma administração mais capacitada e preparada para os desafios contemporâneos.

A educação digital permite a análise de dados e o acompanhamento do progresso dos participantes, fornecendo insights valiosos para adaptar e otimizar continuamente os programas de treinamento

A integração da educação digital nos AVA reforça ainda mais a importância dessas plataformas para a formação corporativa do serviço público. A educação digital não apenas disponibiliza conteúdo online, mas incorpora abordagens inovadoras, como simulações, realidade virtual e gamificação, proporcionando experiências de aprendizado envolventes e práticas. Essa abordagem não convencional não apenas atrai a atenção dos funcionários públicos, mas também aprimora a retenção do conhecimento, tornando-o mais eficaz e duradouro. Além disso, a educação digital permite a análise de dados e o acompanhamento do progresso dos participantes, fornecendo *insights* valiosos para adaptar e otimizar continuamente os programas de treinamento. Dessa forma, a combinação de AVA e educação digital emerge como uma ferramenta estratégica para promover o desenvolvimento profissional no setor público, impulsionando a capacidade de resposta e inovação nas práticas administrativas e de prestação de serviços.

A disponibilidade variável de tempo dos profissionais no serviço público torna-se um fator crucial a ser considerado na escolha dos AVA e da educação digital. Muitas vezes, os funcionários públicos enfrentam agendas complexas e imprevisíveis, com demandas urgentes e horários irregulares. Nesse contexto, a flexibilidade oferecida por essas ferramentas de aprendizagem possibilita que os profissionais acessem o material educacional no momento que lhes for mais conveniente, sem a necessidade de se deslocar para espaços físicos de treinamento.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar como a experiência da Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) na implementação do AVA voltado para uma aprendizagem em rede impactou na melhoria do serviço e no desempenho de seus servidores. O campo de pesquisa é o sistema Educação Corporativa e Aprendizagem em Rede (ECOAR), uma plataforma de gerenciamento da educação corporativa que abriga o AVA da SSP-BA.

Este artigo foi desenvolvido em cinco seções, a saber: 1) esta primeira de caráter introdutório; 2) apresentação acerca do estado da arte sobre a educação corporativa no serviço público; 3) abordagem acerca do comitê de formação corporativa da segurança pública na Bahia e do trabalho em rede entre as instituições e unidades da SSP-BA; 4) a aplicação do ambiente virtual de aprendizagem como fator de desenvolvimento institucional e, por fim, 5) as perspectivas futuras da plataforma ECOAR.

A EDUCAÇÃO CORPORATIVA NO SERVIÇO PÚBLICO

Nesta seção, será adotado o método de Revisão Sistemática da Literatura (RSL) em espiral, proposto por Moher *et al.* (2009). Para esses autores, as revisões sistemáticas e meta-análises permitem a atualização contínua

do conhecimento. Elas não apenas servem como base para o desenvolvimento de diretrizes clínicas, mas também ajudam a identificar lacunas que necessitam de novos estudos, em especial nas ciências sociais aplicadas, atendendo a exigências frequentes de agências de financiamento e periódicos científicos.

Para mapear o estado da arte acerca da educação corporativa no serviço público, utiliza-se, nesta pesquisa, o seguinte protocolo de RSL:

- **Objetivo:** identificar artigos que tratem sobre a educação corporativa no serviço público.
- **Equações de pesquisa:**
 - a) (“educação corporativa”) AND (“serviço público”);
 - b) (“educação corporativa”) AND (“aprendizagem” OR “cognição” OR “conhecimento”); AND (“serviço público”);
 - c) (“educação corporativa”) AND (“segurança pública” OR “SSP”); AND (“serviço público”).
- **Âmbito da pesquisa:** base de dados da WEB de conhecimento sobre educação corporativa no portal de periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (CAFe- Capes).
- **Critérios de inclusão:** artigos publicados em revistas científicas e artigos revisados por pares, publicados no intervalo de cinco anos, entre 2018 e 2023.
- **Critérios de exclusão:** artigos que não tenham as palavras da equação de pesquisa no título, no resumo ou nas palavras-chave, ou publicados fora do âmbito educacional.
- **Critérios de validade metodológica:** replicação do processo por dois investigadores e verificação dos critérios de inclusão e exclusão.

Quadro 1

Protocolo de revisão sistemática da Literatura

	Artigos identificados			
	Nº geral	CI	CE	CVM
Equação a.	146	54	29	07
Equação b.	60562	31.804	13.931	2.697
Equação c.	05	5	5	4

Fonte: Brasil (2024).

A replicação do processo por dois investigadores [...] busca proporcionar uma análise robusta e abrangente sobre a educação corporativa no contexto do serviço público

A intenção desse protocolo é delinear um estudo focado na identificação de artigos que discutam a educação corporativa no serviço público, utilizando equações de pesquisa específicas para explorar diferentes aspectos dessa temática. O escopo abrange bases de dados de conhecimento da Capes, limitando-se a artigos publicados entre 2018 e 2023, em revistas científicas revisadas por pares. Tais critérios metodológicos rigorosos enfatizam a replicação do processo por dois investigadores para garantir a validade e a consistência na seleção dos estudos. Esse procedimento busca proporcionar uma análise robusta e abrangente sobre a educação corporativa no contexto do serviço público, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área específica.

Por essa razão, considera-se que a equação c. é a que mais se alinha ao objeto de pesquisa deste artigo. No entanto, pelas limitações de produção científica associadas à equação c., serão analisados quatro artigos identificados no protocolo.

O primeiro deles é o trabalho de Neves e Rodrigues (2021) intitulado Educação corporativa no serviço público: um estudo de caso com enfoque na aprendizagem dialógica, que aborda um estudo qualitativo fundamentado na metodologia de investigação comunicativa, focado na análise da percepção dos servidores técnico-administrativos em Educação sobre os cursos de capacitação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). As autoras utilizam entrevistas comunicativas em profundidade como método de coleta de dados, revelando que os servidores possuem contribuições significativas que podem enriquecer o programa de capacitação daquela universidade (Neves; Rodrigues, 2021). Além disso, destaca-se a potencialidade da aprendizagem dialógica para promover melhorias substanciais na educação corporativa. Essas entrevistas oferecem não apenas uma visão aprofundada acerca das percepções dos servidores, mas também sugerem caminhos promissores para o aprimoramento contínuo dos programas de desenvolvimento profissional na instituição.

O segundo trabalho analisado é a pesquisa de Losso e Borges (2019), Educação a distância nas escolas de governo brasileiras: a produção acadêmica no campo da educação, cujo resumo indica que se trata de um mapeamento da produção acadêmica sobre Educação a Distância (EaD) e Escolas de Governo (EG). Apresenta o conceito de EG como instituições públicas brasileiras, estabelecidas a partir da Constituição de 1988, destinadas a qualificar o serviço público para atender, de maneira eficiente e eficaz, às demandas da sociedade. As autoras consideram que essas escolas oferecem cursos presenciais e/ou a distância para formação e/ou capacitação dos servidores aproveitando a EaD por seu baixo custo e alta acessibilidade (Losso; Borges, 2019). A revisão bibliográfica foi realizada em 2017 em bases como Banco de Teses da Capes, Revista

do Serviço Público e Google Scholar, e analisou conceitos de desenvolvimento de competências, educação corporativa governamental e EaD. Semelhante a esta pesquisa, foram identificados quatro trabalhos relacionados a educação, evidenciando a escassez de produção acadêmica nesse campo específico e destacando a necessidade de incentivo e desenvolvimento de pesquisas.

O terceiro trabalho selecionado é o de Poleza, Silvério e Vavarkis (2021), intitulado *Práticas de gestão do conhecimento em unidades de conservação da natureza*. Essa produção é a mais distante do objetivo aqui pretendido, entretanto, preserva aspectos em comum com as demais, importantes de serem destacados. Logo em seu objetivo, o trabalho dos autores na identificação de práticas de gestão do conhecimento, utilizadas em Unidades de Conservação que estão sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, já chama a atenção sobre sua aplicabilidade (Poleza; Silvério; Vavarkis, 2021). Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, com abordagem qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e avaliadas a partir da análise de conteúdo. Os resultados indicaram que as práticas de gestão utilizadas ampliaram a capacidade de criação de valor e prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos, bem como tornaram as atividades organizacionais mais eficazes, uma vez que gerou conhecimento integrado, desenvolvido e aplicado.

Por fim, o quarto e último trabalho refere-se à pesquisa de Melo e Carvalho (2019), intitulado *A educação corporativa e as políticas públicas: influências e novos desafios para a formação do profissional de segurança pública*. No resumo, os autores descrevem a educação corporativa e as políticas públicas como eixos temáticos essenciais para entender a formação do profissional de segurança pública. Esse é o grande ganho da aplicação do protocolo RSL, visto que foi possível identificar um trabalho que se relaciona intrinsecamente com a pesquisa sobre a rede ECOAR. O avanço do debate e dos estudos acerca da política de formação oferecida aos profissionais de segurança ajuda a compreender o quadro atual da segurança pública no ente federativo estudado. O objetivo principal do trabalho é investigar a política de formação dos profissionais de segurança de Pernambuco. Como metodologia, os autores realizaram o levantamento descritivo bibliográfico, nos últimos dez anos, das políticas que envolvem a formação desses profissionais. Eles verificaram que, sozinhos, não dariam conta do objetivo proposto. Por fim, concluíram ser necessária uma reavaliação da política de formação no âmbito da educação corporativa do estado de Pernambuco, especificamente a formação e capacitação dos profissionais de segurança, por meio de políticas públicas consistentes para formar profissionais reflexivos e serviços de qualidade à sociedade.

O avanço do debate e dos estudos acerca da política de formação oferecida aos profissionais de segurança ajuda a compreender o quadro atual da segurança pública no ente federativo estudado

Em diversos setores sociais, cada vez mais organizações buscam gerenciar seu saber investindo em oportunidades proporcionadas pelo compartilhamento de informações

O COMITÊ DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA NA BAHIA E O TRABALHO EM REDE

O compartilhamento do conhecimento é fundamentalmente importante para o avanço da sociedade em todos os setores em seus mais variados aspectos, tais como os voltados para ciência e pesquisa, tecnologia da informação e da comunicação, educação, saúde, empreendedorismo, meio ambiente e sustentabilidade, arte e cultura. Tal relevância consiste num binômio simples, todavia, significativo: quanto maior o compartilhamento maior o alcance do conhecimento. Nesta seção, abstrai-se temporariamente o julgamento moral ou de valor do conhecimento.

Em diversos setores sociais, cada vez mais organizações buscam gerenciar seu saber investindo em oportunidades proporcionadas pelo compartilhamento de informações. Particularmente, o setor privado tem-se destacado, ao longo do tempo, na busca por trocas de conhecimento, promovendo práticas colaborativas com universidades e centros de pesquisa, compartilhamento de dados e *insights* de mercado, além do estabelecimento de redes de colaboração e parcerias empresariais.

Por sua vez, no setor público, ainda que a experiência enfrente desafios inerentes à sua cultura organizacional e relacionados à deficiência de incentivo ou até mesmo a obstáculos burocráticos e regulatórios, observa-se que a prática do compartilhamento de conhecimento está em franca expansão. Há uma gama de estratégias diversificadas, destacando-se as Parcerias Público-Privadas¹ (PPP) como uma das manifestações desse fenômeno. Além disso, há iniciativas voltadas à promoção da transparência e acessibilidade à informação², e outros esforços voltados à fomentação da colaboração interinstitucional.

Este trabalho se detém no compartilhamento do conhecimento no setor público, por meio da colaboração interinstitucional, um modo que permite a agências governamentais (órgãos, instituições, organizações, unidades etc.) atuarem integradamente para atingir objetivos comuns e resolver problemas complexos que afetam a sociedade. Para efeito desta pesquisa, o foco é o compartilhamento do conhecimento relacionado às capacitações e/ou formações³ entre as Instituições Estaduais

-
- 1 Em 2004, foi promulgada a Lei Federal nº 11.079 (Brasil, 2004), que estabeleceu as diretrizes gerais para a instituição de parcerias público-privadas em todo o território nacional. Nela foram definidas as regras e procedimentos para a celebração de contratos de PPP, estabelecendo critérios de seleção de projetos, formas de financiamento e responsabilidades das partes envolvidas.
 - 2 Diversos avanços foram realizados em prol de promover mais transparência nas ações públicas, participação social, prestação de contas e o combate à corrupção. A Lei nº 12.527, também conhecida como Lei de Acesso à Informação, foi aprovada em 18 de novembro de 2011, e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União (estados, Distrito Federal e municípios). Essa lei regulamenta o direito de acesso a informações públicas previsto na Constituição brasileira (Brasil, 2011).
 - 3 Haverá, no capítulo de metodologia, a apresentação da diferença conceitual aplicada à capacitação e à formação no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP) no estado da Bahia.

de Segurança Pública (IESP) da Bahia, a saber: Polícia Militar (PMBA), Polícia Civil (PCBA), Corpo de Bombeiros Militar (CBMBA) e Polícia Técnica (PTBA), e as Unidades de Educação Corporativa (UEC), orgânicas da estrutura da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA).

A problemática do compartilhamento de conhecimento entre as IESP baianas, assim como em todo território nacional, envolve desafios substanciais na transferência e no aproveitamento eficaz das capacitações individuais e coletivas dentro dessas organizações complexas. A colaboração interinstitucional pode encontrar dificuldades devido à competição por recursos e jurisdição, por diferenças culturais e operacionais, mas também pela falta de estruturas facilitadoras e processos formais para a troca desses conhecimentos.

Além disso, a desconfiança e a falta de comunicação entre as IESP, em alguma medida, podem impossibilitar a disseminação de boas práticas, a colaboração efetiva em treinamentos, o desenvolvimento profissional e, porque não dizer, respostas a situações de crise. Assim, superar essas barreiras torna-se primordial para estabelecer uma cultura de aprendizado colaborativo, desenvolver plataformas e programas de compartilhamento de conhecimento robustos e promover uma mentalidade de cooperação e parceria entre as IESP.

Para superar essa problemática, são essenciais o compromisso com a colaboração interinstitucional, os investimentos em tecnologia e as estratégias de comunicação e treinamento. Além disso, é fundamental garantir a transparência nas estruturas de governança, estabelecer os protocolos de compartilhamento de informações e aprimorar os mecanismos de resolução de conflitos. Nesse cenário fértil, a educação corporativa pode atuar como ferramenta articuladora do compartilhamento multi-institucional, por meio da implantação de um modelo de universidade corporativa para o Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP), que busque, na gestão compartilhada do conhecimento, formar uma rede colaborativa de aprendizagem.

Diante dessas considerações, a presente pesquisa busca investigar estratégias e mecanismos eficazes para promover o compartilhamento de capacitações entre as forças de segurança. A hipótese central deste estudo é que a implementação de políticas organizacionais voltadas para a construção de uma cultura de colaboração, o estabelecimento de plataformas tecnológicas facilitadoras e a promoção de iniciativas de desenvolvimento profissional conjunto pode contribuir significativamente para superar os desafios identificados e fortalecer a eficácia do compartilhamento de conhecimento nesse contexto.

Nesse cenário fértil, a educação corporativa pode atuar como ferramenta articuladora do compartilhamento multi-institucional

O ECOAR é um modelo de gerenciamento de educação corporativa que adota uma abordagem inovadora para a gestão colaborativa do conhecimento na rede de segurança pública da Bahia

A proposta é o estabelecimento de um modelo corporativo de educação baseado na colaboração interdisciplinar e no compartilhamento de conhecimentos entre as IESP e as UEC que compõem o sistema educativo da segurança pública. Nesse sentido, a Secretaria da Segurança Pública, por meio da Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial, desenvolveu um projeto de gerenciamento das ações educativas interdisciplinares entre as IESP e as UEC em busca de uma resposta mais eficaz e integrada aos desafios de segurança. Esse projeto, chamado Educação Corporativa e Aprendizagem em Rede (ECOAR), tem como objetivo fortalecer a capacidade adaptativa e inovadora das organizações envolvidas.

O ECOAR é um modelo de gerenciamento de educação corporativa que adota uma abordagem inovadora para a gestão colaborativa do conhecimento na rede de segurança pública da Bahia. Tal abordagem busca transcender os limites tradicionais da educação corporativa, incorporando princípios de colaboração, interdisciplinaridade e conectividade em um contexto organizacional complexo e dinâmico. Por meio da plataforma ECOAR, os profissionais da segurança pública são incentivados a compartilhar conhecimentos, experiências e melhores práticas, promovendo uma cultura de aprendizagem contínua e adaptativa.

Dentre as ações previstas para o desenvolvimento desse modelo estão: a) a criação de uma UEC na estrutura da própria secretaria que seja responsável pela promoção da governança educacional transversal, interdisciplinar e integrada; b) a instalação de uma instância multi-institucional com o propósito de planejar, desenvolver, monitorar e avaliar as ações de aprendizagem organizacional voltadas ao desenvolvimento de competências organizacionais; e c) a criação de uma plataforma integradora que inclua um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), um acervo institucional, um portal de gestão do planejamento, monitoramento e avaliação de capacitação, e uma página virtual para divulgação e inscrição nas capacitações propostas.

A alternativa escolhida como a mais adequada para a criação da unidade de educação corporativa foi a implementação da Universidade Corporativa do Servidor do Sistema Estadual de Segurança Pública (UCS-SESP) que objetiva o aprimoramento dos serviços e a valorização dos profissionais da segurança pública, além de promover a integração e difusão do conhecimento. A UCS-SESP oferece programas de formação continuada, pesquisa e desenvolvimento, buscando não apenas a excelência técnica, mas também a cooperação e a sinergia entre as IESP e as UEC. A UCS-SESP é uma rede constituída pelas diferentes escolas de

educação profissional e/ou corporativa⁴ das IESP, bem como pelas UEC que compõem a estrutura interna da SSP. As unidades pertencentes às IESP e as UEC da SSP estão representadas na Figura 1.

Figura 1
Rede da UCS-SESP



Fonte: elaboração própria.

A segunda ação realizada para a implementação do modelo ECOAR foi a criação do Comitê de Educação Corporativa da Secretaria da Segurança Pública (CEC-SSP). Esse comitê é uma instância multi-institucional, estabelecida pela Portaria nº 122, publicada no Diário Oficial da Bahia em 19/07/2023, com a finalidade primordial de planejar, desenvolver, monitorar e avaliar as iniciativas de aprendizagem organizacional voltadas ao aprimoramento das competências institucionais integradas (Bahia, 2023). Nesse contexto, o CEC-SSP desempenha um papel de catalisador das ações educativas estratégicas das IESP e das UEC, articulando os processos que promovem o desenvolvimento contínuo dos profissionais e das unidades operacionais.

O CEC-SSP, enquanto componente da UCS-SESP, representa um ponto de convergência para a promoção da aprendizagem organizacional interdisciplinar e o desenvolvimento de competências no contexto da segurança pública. Por meio de suas atribuições específicas, o comitê coordena esforços entre as instituições e as unidades, visando alinhar as iniciativas educativas com as necessidades estratégicas e operacionais

4 Neste ponto torna-se indispensável a inclusão da educação profissionalizante como prerrogativa das IESP, que trazem em seu escopo outras modelagens de educação, tais quais: formações de ingresso caracterizadas como graduação e profissionalizante, além das relacionadas à progressão de carreira a título de pós-graduação e técnicas.

Uma implementação bem-sucedida do modelo ECOAR, que ainda está em andamento na rede de segurança pública na Bahia, requer uma abordagem estratégica e integrada

da organização. Sua atuação abrange desde o planejamento estratégico de programas educacionais até a avaliação sistemática de seu impacto, contribuindo assim para a construção de uma cultura organizacional voltada para a excelência e a inovação contínua.

Por fim, a terceira ação da implementação foi a concepção de uma plataforma integradora que abrangesse a criação de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), batizada com o nome do próprio modelo – ECOAR. Essa plataforma, a ECOAR-AVA, passaria a servir como espaço central para o desenvolvimento de capacitações e troca de conhecimentos interdisciplinares dentro da estrutura educacional da Secretaria da Segurança Pública (SSP). Esse ambiente virtual proporcionaria não apenas a disponibilização de cursos e materiais educativos, mas também a interação entre os participantes, por meio de fóruns de discussão, salas de *chat* e ferramentas colaborativas. Além disso, a plataforma integradora incluiria um acervo institucional (ECOAR-Acervo), reunindo recursos educacionais e publicações de interesse da segurança pública, como manuais, guias e documentos de referência, dissertações, teses etc., que estariam acessíveis a todos os membros da organização, fomentando a difusão do conhecimento, o compartilhamento de dados e as boas práticas.

Paralelamente, o desenvolvimento de um portal de gestão de planejamento, monitoramento e avaliação de capacitação (ECOAR-Gestão) permitiria o acompanhamento detalhado do progresso dos participantes em seus cursos, a avaliação do impacto das capacitações na melhoria do desempenho organizacional, o monitoramento da execução do investimento e a análise de dados para identificar áreas de necessidade e oportunidades de melhoria. Por fim, uma página virtual de divulgação e inscrição nas capacitações propostas funcionaria como um canal transparente e acessível para os profissionais interessados em participar dos programas educacionais oferecidos pela secretaria, suscitando uma cultura de aprendizagem contínua e acessível a todos os servidores.

Uma implementação bem-sucedida do modelo ECOAR, que ainda está em andamento na rede de segurança pública na Bahia, requer uma abordagem estratégica e integrada. Isso envolve não apenas a criação de plataformas tecnológicas e infraestrutura de rede, mas também o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais. A gestão colaborativa do conhecimento exige liderança eficaz, engajamento dos colaboradores e um ambiente que valorize a inovação e a aprendizagem mútua. Além disso, é essencial promover uma cultura de confiança e transparência, que incentive a participação ativa dos membros da rede e promova a troca livre e aberta de informações e conhecimentos.

Por conseguinte, esta pesquisa circunda os arredores do modelo ECOAR na rede de segurança pública na Bahia, com foco na abordagem participante desta pesquisa para a análise da gestão colaborativa do conhecimento. São variados os fatores-chave que influenciam a aplicação de um modelo, incluindo a liderança, o engajamento dos colaboradores e a cultura organizacional, o que torna a pesquisa ainda mais desafiadora. Além disso, plataformas tecnológicas e infraestrutura de rede, que se integram com o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais nesse modelo, estimulam a investigação científica.

A busca por uma cultura de inovação, aprendizagem mútua, confiança, transparência e, sobretudo, otimização pela interdisciplinaridade na educação corporativa tornam o modelo ECOAR inédito e mais eficaz para a gestão do conhecimento na rede de segurança pública.

O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A necessidade de oferecer um serviço público eficaz e eficiente, capaz de responder prontamente aos desafios sociais, é crucial em um país como o Brasil. Especialmente no contexto da segurança pública, no qual a educação continuada e a formação adequada dos profissionais são essenciais e diversas. Além da implementação de políticas públicas planejadas, investir na preparação dos profissionais de segurança não apenas fortalece as instituições, mas também assegura a manutenção da eficácia operacional e a adaptação às demandas emergentes da sociedade.

De modo geral, a formatação de cursos de capacitação, formação ou aperfeiçoamento nas organizações tem como principais objetivos tornar as empresas mais competitivas no mercado e aprimorar os seus processos de negócio, sejam eles finalísticos ou estratégicos, visando aumentar sua eficiência. Esse esforço é particularmente diferenciado no contexto da segurança pública, em que o avanço na eficiência e na eficácia dos serviços é fundamental para enfrentar as constantes movimentações do cenário social. Nas instituições públicas de segurança, a busca por melhorias constantes pode ser comparada à competitividade do setor privado. Nesse sentido, a Educação a Distância (EaD) tem-se destacado como uma alternativa viável de educação corporativa, não apenas para a atualização técnica, mas também para o desenvolvimento contínuo dos profissionais.

É nesse movimento que a educação digital, ao incorporar recursos interativos e autoinstrucionais, permite que os servidores públicos avancem em seu aprendizado de acordo com seu próprio ritmo, adaptando-se às diferentes velocidades de assimilação de conhecimento. Essa abordagem

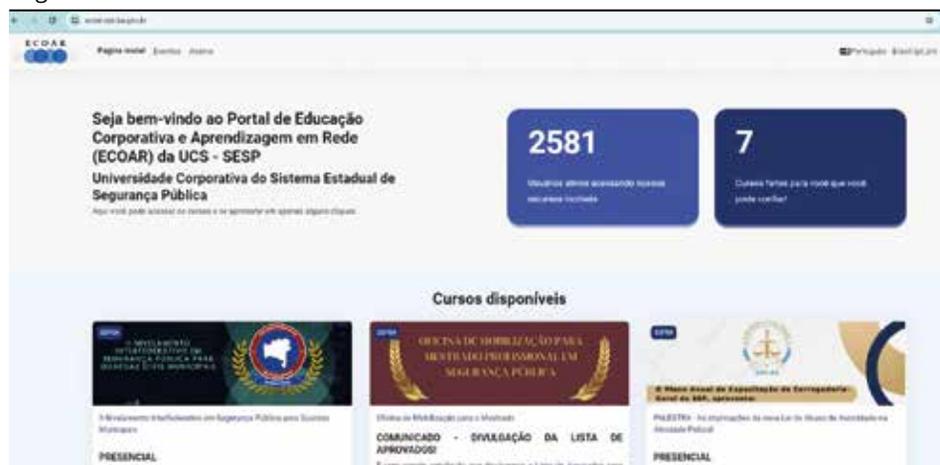
A necessidade de oferecer um serviço público eficaz e eficiente, capaz de responder prontamente aos desafios sociais, é crucial em um país como o Brasil

flexível não apenas atende às restrições temporais, mas também promove uma aprendizagem mais autônoma e personalizada.

Assim, a combinação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), educação digital e a multidisponibilidade de recursos educacionais permite que os servidores acessem os materiais de aprendizado em diferentes horários e formatos. Isso converge para uma estratégia educacional adaptativa e eficaz, promovendo um desenvolvimento contínuo e alinhado às necessidades específicas de cada servidor público.

A plataforma ECOAR reúne três produtos: o AVA, um gerenciador de eventos e um repositório, do tipo acervo. Criada pela Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial em 11 de abril de 2024, a ECOAR, com apenas uma semana de criação, alcançou mais de mil servidores.

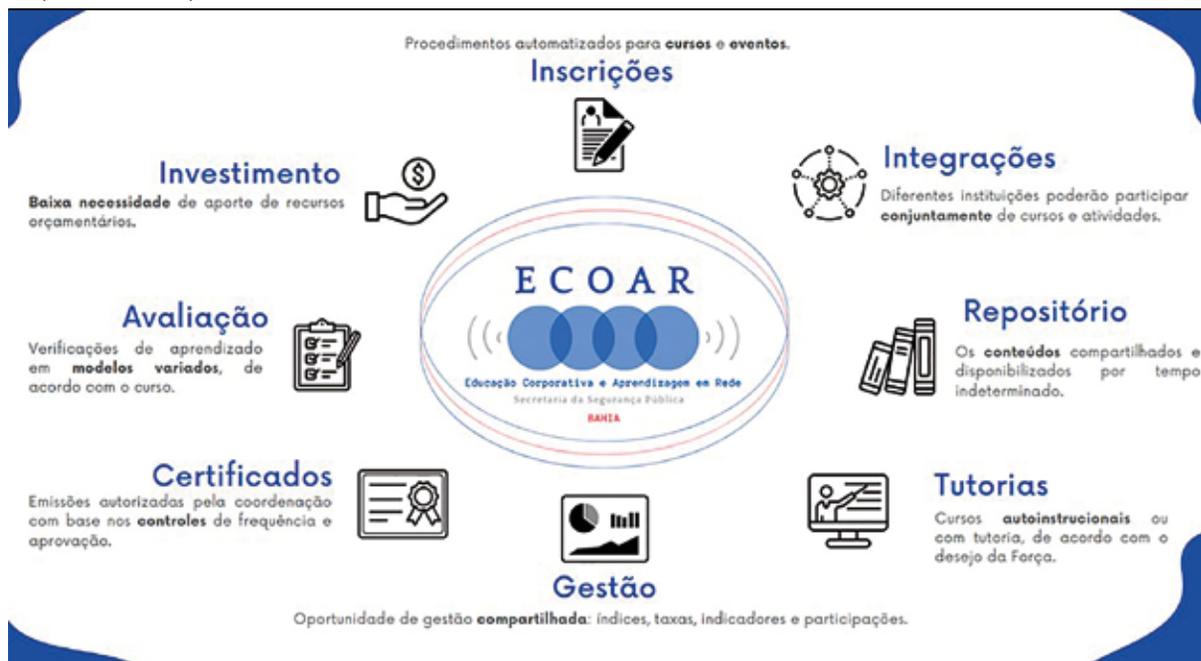
Figura 2
Página inicial do ECOAR



Fonte: Bahia (2024).

No primeiro monitoramento trimestral da Plataforma ECOAR, o módulo AVA já ofertou 12 cursos e tem mais de 2.500 alunos matriculados. Entre os cursos com maior acesso está o de *Introdução à cadeia de custódia de vestígios* que busca explorar os fundamentos essenciais relacionados a essa cadeia de custódia, explorando os procedimentos e princípios a serem seguidos pelos profissionais do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP) para garantir a integridade da prova material. O segundo curso mais procurado é o de *Mobilidade em Operações Policiais*, que tem como principal objetivo orientar os policiais no correto preenchimento da Ficha de Acompanhamento de Vestígio (FAV) de maneira virtual, substituindo o método tradicional em papel. A transição para o formato eletrônico mantém o fluxo do processo utilizado com a versão física da FAV.

Figura 3
Mapa mental da plataforma ECOAR



Fonte: Elaboração própria.

TECITURAS DE FUTURO

A gestão do conhecimento de uma instituição pública tem como negócio a proteção da sociedade, mais notadamente a gestão de riscos da população (preservação das vidas, das liberdades e dos patrimônios). Essa gestão perpassa o interesse contínuo em disseminar em rede suas práticas e encontrar, coletivamente, melhores métodos de administrar seus afazeres. Nesse sentido, a ECOAR surge como uma estratégia que ultrapassa os limites tradicionais de uma plataforma de gestão de ensino a distância, pois passa a assumir um papel ferramental potencializador de difusões, debates e eventos educacionais.

Como ferramenta de difusão do conhecimento, a SSP-BA tem-se utilizado do Comitê de Educação Corporativa e da plataforma ECOAR como degraus que proporcionam o avanço do desenvolvimento das instituições participantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) - polícias Civil, Militar, Penal e Técnica, bombeiros e guardas civis municipais. Importante destacar que essas instituições necessitam estabelecer relações para salvaguardar seus conhecimentos técnico-científicos, com o desafio de intercomunicar-se de forma simultânea, visando à otimização da gestão de seus recursos que, como em qualquer outra organização, são limitados e escassos.

Os debates ocorridos no referido Comitê de Educação também representam esforços substanciais para o encontro de novas soluções e o

A promoção de eventos educacionais é mais um vetor componente da estratégia da SSP-BA interseccionada entre o Comitê de Educação e a plataforma ECOAR

compartilhamento de ideias inovadoras. A título de exemplo, houve uma experiência multi-institucional para o cumprimento de uma nova legislação no Brasil relacionada à proteção de provas materiais durante a prisão de indivíduos em situação flagrante de crimes. Era necessário estabelecer novos protocolos de atuação para as forças de segurança (PMBA, PCBA, DPTBA e CBMBA), sob pena de descumprimento legal de regramento federal e do relaxamento e soltura de indivíduos presos em flagrante de delito. Dessa forma, a existência e a pronta ação do referido comitê permitiram o rápido encontro de soluções que contribuíram para a adaptação de mais de 45 mil profissionais em suas diferentes funções dentro do sistema de persecução criminal baiano⁵.

A promoção de eventos educacionais é mais um vetor componente da estratégia da SSP-BA interseccionada entre o Comitê de Educação e a plataforma ECOAR. Diferentes ações foram implementadas desde o primeiro semestre do ano de 2024, quando se nota um aumento da integração das forças de segurança e o estabelecimento de novos entendimentos em torno de conhecimentos específicos de cada instituição no âmbito de suas competências legais. Assim, verifica-se que, em gestões anteriores à do atual chefe do Executivo estadual baiano, as integrações ocorreram por meio de outras ferramentas que atualmente se mostram insuficientes para o alcance do sucesso pretendido.

Dessa maneira, reporta-se a aplicação de um único estratagemas: a realização de capacitações presenciais com a disponibilização de vagas para as outras forças, sem o planejamento e a análise de um grupo integrado por essas mesmas instituições. Assim, observa-se, de certa forma, a correção do prumo quanto à necessária integração dessas organizações que, de maneira mais adequada aos tempos de uso das TIC, passaram a otimizar o tempo de trabalho dos agentes públicos com direcionamentos mais acertados de suas jornadas semanais. Ao disponibilizar um curso, palestra ou vídeo de simples orientação sobre mudança de procedimentos, a SSP-BA permite que o seu servidor atue conjuntamente com a alta gestão da secretaria, organizando melhor o seu tempo laboral, envolvendo-se com responsabilidade individualizada, acessando as aulas e aplicando, minutos depois, na prática, o que aprendeu ou atualizou no evento educacional.

Ao integrar as forças de segurança por meio de plataformas como ECOAR, a SSP-BA otimiza o intercâmbio de conhecimentos ao permitir que policiais, bombeiros e demais agentes compartilhem experiências, aprendizados e melhores práticas, de forma estruturada e contínua. Essa

5 Ciclo progressivo de atuações sistemáticas das agências policiais que se inicia com o flagrante de delito por agentes de rua, o devido registro documental nas delegacias, a perícia quando necessária e a entrega do sujeito delinquente ao Poder judiciário.

troca não só aumenta a capacidade de resposta coordenada e eficaz das instituições, como também melhora a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, resultando em uma atuação mais preventiva, ágil e humanizada no enfrentamento de crimes e emergências.

Com a implantação de uma nova estratégia para abordar a gestão do conhecimento técnico-profissional na Bahia, a SSP-BA passa a inovar com integração e investimento por meio do Comitê de Educação Corporativa em segurança pública e da plataforma ECOAR, somando esforços multidirecionais para o alcance de soluções que permitam envolver melhor seus recursos humanos para salvar e proteger vidas, liberdades e patrimônios na Bahia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marissol; ANDRÉ, Claudio Fernando; MÉNDEZ, Néstor Dario D. Microlearning na educação corporativa e em tempos de Geração C. *Revista Intersaberes*, Curitiba, v. 15, n. 34, p. 22-36, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1745>. Acesso em: 14 jul. 2024.

AMARAL, Helena Kerr do. Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 57, n. 4, p. 549-563, out./dez. 2006. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/211>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. Portaria nº 122, de 19 de julho de 2023. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, ano 107, n. 23.707, 19 jul. 2023.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. ECOAR. Disponível em: <https://ecoar.ssp.ba.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portal de Periódicos da CAPES*. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

GAGINI, Débora Lopes; CARVALHO, Adriana dos Santos C. Educação corporativa a distância: um estudo sobre aprendizagem organizacional em escolas institucionais do estado de Mato Grosso. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 11, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9735>. Acesso em: 14 jul. 2024.

LOSSO, Claudia Regina Castellano; Borges, Martha Kaschny. Educação a distância nas escolas de governo brasileiras: a produção acadêmica no campo da educação. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia*, Jaén, n. 21, p. 81-98, enero 2019. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/4102/3790>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MELO, José Jailton Siqueira de; CARVALHO, Waldênia Leão de. A educação corporativa e as políticas públicas: influências e novos desafios para a formação do profissional de segurança pública. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 35, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/dqNcvsrqtq5G4rP95YX6LM8N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MOHER, David *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLOS Medicine*, [s. l.], v. 6, n. 7, p. 1-6, 21 July 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 18 mar. 2024.

NEVES, Natalia Araujo S.; RODRIGUES, Eglen Sílvia P. Educação corporativa no serviço público: um estudo de caso com enfoque na aprendizagem dialógica. *Educação*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/32875>. Acesso em: 6 jul. 2024.

POLEZA, Mariangela; SILVÉRIO, Natália; VARVAKIS, Gregório. Práticas de gestão do conhecimento em unidades de conservação da natureza. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 45-64, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/49142>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SANTOS, Katiúscia da Silva; RIBEIRO, Silvar Ferreira. *Revisão sistemática de literatura: do protocolo à matriz analítica em espiral*. Salvador: EDUFBA, 2024. No prelo.